



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
www.cecs.uminho.pt

O Debate Inter-Paradigmático e a Política da Comunicação *

Helena Sousa

Professora Associada

helena@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

*SOUSA, H. (2001) “O Debate Inter-Paradigmático e a Política da Comunicação”, comunicação apresentada no III Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, 15-17 de Outubro de 2001, Lisboa.

Palavras-chave

Política da Comunicação, Realismo, Inter-dependência, Dependência, Relações Internacionais, Debate Inter-paradigmático

Resumo

Neste artigo, pretendemos incorporar o Debate Inter-paradigmático das Relações Internacionais (Realismo, Inter-dependência e Dependência) na tentativa de desenvolvimento de um quadro teórico para a Política da Comunicação. Tratando-se de uma sub-área de estudo recente, a Política da Comunicação tem vantagens em estabelecer pontes qualitativas com o sólido e complexo campo das Relações Internacionais. Uma re-análise do Debate Inter-paradigmático poderá contribuir para a complexificação do olhar sobre a(s) Política(s) da Comunicação nos planos local, nacional, regional e mundial.

Abstract

This article aims to incorporate the International Relations Inter-Paradigmatic Debate (Realism, Inter-dependence and Dependence) in the development of a theoretical framework of the Communications Policy study area. As a relatively recent scientific discipline, Communications Policy is likely to benefit from the establishment of links with the solid and complex International Relations field. A re-analysis of the Inter-paradigmatic debate might contribute to the development of a deeper, more complex study of the local, national, regional and global levels of policy-making.

O Debate Inter-Paradigmático e a Política da Comunicação

Comunicação apresentada no III Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, 15-17 de Outubro de 2001, Lisboa.

1. A Política da Comunicação é uma disciplina científica que se afirmou com grande nitidez, nos anos 80, em inúmeras universidades e que está perfeitamente legitimada e pelas mais importantes organizações internacionais ligadas aos media e às comunicações. Apesar do seu reconhecimento institucional, a Política da Comunicação

– enquanto sub-campo das Ciências da Comunicação - continua com grandes dificuldades em termos de clarificação teórica. Trata-se de uma disciplina recente que continua à procura dos mais adequados instrumentos analíticos.

Os anos 80 foram, de facto, cruciais para o desenvolvimento desta disciplina porque ocorreram profundas transformações tecnológicas e, conseqüentemente, teve lugar uma intensificação da intervenção política nessa esfera. Até aos anos 80, a intervenção política na área das comunicações tinha como ponto nevrálgico os conteúdos e o «normal» funcionamento dos sistemas mediáticos e de telecomunicações nacionais. A partir de então, deu-se uma viragem clara para as preocupações com as questões económicas e com a re-organização estrutural dos sistemas nacionais de comunicação. Os processos de liberalização, privatização e re-regulamentação que tiveram lugar nas comunicações do mundo ocidental (e não só) exigiram uma atenção particular às questões estruturais. A política da comunicação enquanto sub-área de estudo é claramente herdeira desta renovada preocupação com as estruturas.

É, por isso, relativamente fácil identificar o núcleo das preocupações dos autores deste campo. É relativamente fácil identificar o(s) objecto(s) de estudo desta disciplina. O que tem merecido pouca atenção, e é precisamente por isso que entendemos trazer este tema para o debate, é a questão fundamental dos quadros de leitura dos fenómenos e da contribuição que as várias disciplinas das ciências sociais podem dar para o fortalecimento da política da comunicação, enquanto área de estudo.

A Ciência Política tem reconhecidamente prestado um importante contributo teórico a esta disciplina. Não parece efectivamente relevante analisar as transformações dramáticas nas comunicações, sem o estudo aprofundado das *práticas de exercício de poder* dos actores envolvidos nestes processos. As questões relacionadas com os limites da intervenção política têm que ser consideradas assim como as dimensões inerentes aos processos de decisão política e de não-decisão (como forma de exercício de poder). Não podem também ser ignoradas as questões relacionadas com o poder estrutural, isto é, com o contexto dentro do qual operam os diversos actores. Estes níveis não podem deixar de integrar uma análise qualificada da acção política e reguladora.

Mas, se este aspecto recolhe consenso teórico, o mesmo não poderá ser dito em relação à pertinência do Debate Inter-paradigmático das Relações Internacionais para a Política da Comunicação. No entanto, entendemos que o Debate inter-paradigmático compreende um corpo de literatura de extraordinária relevância para a compreensão dos

inúmeros actores que interferem nos processos de desenvolvimento e de implementação de políticas da comunicação, bem como dos diversos e inter-relacionados níveis nos quais operam esses actores (local, nacional, regional e mundial). A relevância do Debate Inter-paradigmático das Relações Internacionais - como quadro teórico complementar para tentar compreender a Política da Comunicação – relaciona-se também com o facto de se tratar de um corpo de pensamento que, apesar das inúmeras *nuances*, está solidamente estabelecido e apresenta propostas claras de leitura dos fenómenos internacionais e da sua inter-conexão com os restantes níveis de análise.

2. Tal como noutras áreas do conhecimento, a tentativa de compreender um determinado fenómeno (neste caso, o funcionamento mundial na sua totalidade) precedeu o reconhecimento formal das áreas científicas. A primeira disciplina de Política Internacional (Relações Internacionais é um conceito desenvolvido no pós-guerra) foi criada em 1919, quando um empresário do país de Gales, David Davies, entendeu que, se existisse uma disciplina universitária que se dedicasse ao estudo dos problemas políticos internacionais, seria possível evitar futuras guerras. Durante 20 anos, as Relações Internacionais ficaram marcadas pela tentativa assumida de criar um mundo melhor. Esta fase *normativa* da disciplina foi acusada de *idealista* e de não se ocupar efectivamente das questões internacionais, mas de pensar o mundo tal como *deveria ser* e não como era na realidade. A principal oposição à perspectiva normativa surgiu por parte de um conjunto de autores que viriam a ser chamados de realistas. O debate entre idealistas e realistas não está esgotado, mas não iremos aqui considerá-lo, já que vamos centrar a nossa atenção nos principais aspectos do Debate Inter-paradigmático que compreende precisamente o Realismo, o Pluralismo ou Interdependência e o Estruturalismo ou Dependência.

Estas (grandes) teorias têm sido representadas (de uma forma obviamente simplista) por três imagens distintas. Para os realistas, o mundo é um sistema tipo «mesa de bilhar» onde os estados estão em colisão intermitente; para os pluralistas, o mundo é uma «teia de aranha», uma rede de inúmeras inter-relações e, por último, para os estruturalistas, o mundo é um «polvo» com fortes tentáculos a sugar constantemente a riqueza das periferias enfraquecidas (Banks, 1985:12). Nestas representações de mundo, em termos de *actores*, os realistas pensam nos estados; os pluralistas preocupam-se com os estados em articulação com um amplo conjunto de outros actores e os estruturalistas pensam nas classes. No que diz respeito a *dinâmicas*

internacionais, os realistas vêem o primado da força; os pluralistas, os complexos movimentos e transformações sociais e os estruturalistas, a economia. Do ponto de vista da preocupação da disciplina de Relações Internacionais, os realistas entendem que esta se deve ocupar com as acções do(s) estado(s); os pluralistas entendem que deve ter a pretensão de compreender os grandes acontecimentos à escala mundial; e os estruturalistas consideram que deve tentar perceber os contrastes (dramáticos) entre ricos e pobres (Banks, 1985:12-13). Ultrapassado o simplismo gráfico, podemos afirmar que a perspectiva realista tem sido claramente dominante e que, apesar de ignorar aspectos relevantes da actualidade (nomeadamente no que diz respeito ao processo de globalização), oferece uma poderosa leitura para a condição de permanente luta de poder entre os actores que sempre consideraram fundamentais na cena internacional: os estados.

Apesar de frequentemente serem destacadas as diferenças entre autores realistas - desde Maquiavel (1532, edição de 1965, e 1988) e Hobbes (1651, edição de 1991) até Carr (1939) e Morgenthau (1948, edição de 1978), iremos aqui ocupar-nos somente dos aspectos convergentes do paradigma realista. Baylis e Smith (1997: 114-119) consideram que as dimensões comuns a todos os autores são: o estado, a sobrevivência e a auto-ajuda. Para os realistas, o estado soberano está intrinsecamente ligado ao uso da força. No seu contexto territorial, soberania significa que o estado tem autoridade suprema para impor as suas leis. Esta é a base implícita do contrato entre os estados e os indivíduos: a liberdade é moeda de troca pela garantia de segurança que só o estado pode oferecer. Estabelecida a segurança, a sociedade civil pode agir. Sem segurança, não há condições para a existência de aspectos secundários da vida social como a arte e a cultura. A principal função do estado é, portanto, a de *organizar* o poder internamente e de o *acumular* internacionalmente. O conceito de poder – associado à política e à estratégia militar - é de enorme importância para os autores realistas.

O segundo princípio que une os autores realistas é a noção de que o principal objectivo, na política internacional, é a sobrevivência. A tentativa permanente de acumulação de poder e de assim garantir a sobrevivência do estado é o único fim comum a todos os estados. Waltz, um dos mais importantes autores neo-realistas, afirma mesmo que, para além da sobrevivência, os objectivos dos estados variam interminavelmente (1979). Por último, os realistas entendem que os estados não podem depender de outros estados ou de estruturas internacionais para garantir a sua

própria segurança. Em política internacional, não há amizade, honra ou ética. Na ausência de um sistema de governo global verdadeiramente eficaz, os estados vivem num mundo de constante incerteza e, por isso, devem zelar constantemente pela sua segurança, confiando prioritariamente em si próprios. Os realistas não ignoram os outros actores internacionais. Estão simplesmente convictos de que esses outros actores não têm poder efectivo. Se eventualmente o tiverem é porque esse poder lhes foi delegado pelos próprios estados, numa tentativa de (melhor) afirmar o seu poder no plano internacional.

Depois da II Guerra mundial, o realismo começou a ser atacado essencialmente por não dar a devida atenção ao crescimento de actores transnacionais, às relações (económicas e sociais) internacionais que se desenvolviam com grande intensidade e aos processos de integração regional. Nos anos 70, havia já um claro reconhecimento de dois importantes corpos de literatura (inter-dependência e estruturalismo) que ofereciam modelos bem diferenciados de pensar o mundo. Este modelos foram também (e rapidamente) alvo de críticas por parte de uma forte vaga de importantes autores neo-realistas, como Cohen (1974), Tucker (1977), Bull (1984), Gilpin (1984), Krasner (1978, 1983), Waltz (1979) e Mayall (1982).

Os pluralistas partem da ideia base de que o mundo é extremamente complexo, composto por inúmeros centros de poder e cada vez mais inter-dependente. Os autores deste paradigma – por exemplo, Burton (1984 e 1985), Jervis (1976), Mitchell (1981), Keohane e Nye (1973 e 1977) e Morse (1976) - vêem os indivíduos como peças fundamentais no processo de contínua construção de grupos, identidades, nações, estados, religiões, organizações, associações, empresas multi-nacionais, etc. Este modelo reabilita a natureza humana: a guerra e o conflito não são encaradas como a condição natural da humanidade. Burton, um dos mais relevantes autores deste paradigma, afirma que os académicos tradicionais das Relações Internacionais (leia-se realistas) suspeitam de qualquer referência às necessidades humanas e à dimensão psicológica do comportamento: «a integração da dimensão antropológica e psicológica ameaça o seu modelo. Acontecimentos como as derrotas no Vietnam, Irão, Líbano e o impasse soviético no Afeganistão são entendidos como meras anomalias e nunca como prova de que o modelo de poder (*power model*) falhou» (1985: 51). Alternativamente, Burton parte do ser humano e das suas necessidades específicas, especialmente a necessidade de identidade, para explicar os mais importantes acontecimentos na

«sociedade-mundo». O poder efectivo não reside, efectivamente, no estado, mas nos grupos de identidade. Por isso, a separação entre política doméstica e política internacional tem apenas contribuído para a incompreensão da natureza profunda dos conflitos.

Argumentando, por vezes, que a crescente inter-acção de múltiplos sistemas poderá tornar o estado uma entidade obsoleta, alguns autores pluralistas poderão ir longe demais na ênfase que colocam nas interconexões. Young (in Maghroori e Ramberg, 1982: 17-18) afirma que o crescente nível de interdependência irá levar à emergência de uma comunidade mundial que, por sua vez, dará origem a um «estado mundial» capaz de gerir essas mesmas interdependências. Apesar de algumas perspectivas que nos parecem desajustadas da realidade, o pluralismo alerta-nos para a crucial importância de fragmentar o estado, enquanto unidade de análise, e para a necessidade de integrar na leitura de mundo disciplinas tradicionalmente fora do âmbito das Relações Internacionais, como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e até mesmo a Biologia. A relativa sub-representação deste corpo de literatura no contexto das teorias das Relações Internacionais explica-se, de acordo com Banks (1985), pelo facto de não existirem sínteses deste paradigma ao nível das efectuadas por Carr, Morgenthau e Waltz para a(s) teorias(s) realista(s).

Particularmente a partir de final dos anos 60, o realismo sofreu também um forte ataque dos estruturalistas e/ou teóricos da dependência. Este quadro teórico da dependência foi desenvolvido de uma forma extremamente fragmentada (em termos geográficos e de conceitos) e incorpora várias teorias neo-marxistas. O mais significativo representante deste quadro de pensamento é, sem dúvida, Wallerstein, autor que considera que todos os acontecimentos sociais têm que ser analisados no contexto de um «sistema-mundo» (1974, 1980, 1989 e 1991). Para Wallerstein, como de resto para autores como Frank (1979), Cardoso e Faletto (1979) e Galtung (1971), o estado não é considerado a unidade de estudo mais relevante no sistema internacional. Wallerstein fala de «sistema» no sentido em que todos os elementos que o compõem estão inter-ligados e todos os desenvolvimentos que aí ocorrem podem ser explicados por factores internos.

As distintas teorias (ou sub-teorias) deste quadro (análise centro-periferia, sistema-mundo e dependência) têm, pelo menos, dois elementos comuns: i) a preocupação com as relações assimétricas entre ricos e pobres; entre centro(s) e a periferia(s) ou

entre o primeiro mundo e o terceiro mundo; e ii) uma visão pessimista relativamente à possibilidade de resolução das assimetrias, uma vez que os países em vias de desenvolvimento (melhor, os pobres ou periferias) estão integrados num sistema global que é altamente desfavorável ao seu desenvolvimento económico e cultural. Ainda que utilizem instrumentos teóricos diferenciados, estas perspectivas neo-marxistas consideram que os actores verdadeiramente importantes na esfera internacional são as classes dominantes e os interesses económicos, actores estes que impedem os elementos dominados do sistema de desenvolverem a sua capacidade de intervenção autónoma e independente.

3. Apresentados os princípios de um debate de longa data, podemos interrogar-nos sobre a articulação entre estes paradigmas e mais recentes incorporações teóricas sobre a globalização. O conceito de globalização aparece frequentemente associada à ideia de inter-dependência. Tem sido mesmo encarada como forma superlativa de internacionalização, de transnacionalização ou de integração mundial. Os pluralistas vêem a globalização como o resultado natural de um longo percurso de transformação do sistema mundial. Para estes, a globalização mina os pressupostos realistas, na medida em que torna evidente que, no mundo de hoje, os estados já não detêm o papel central que outrora tiveram. Os pluralistas entendem que um conjunto alargado de actores actua agora na esfera internacional e que este processo de crescente inter-conexão muito deve ao desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Os realistas, por seu lado, entendem que a globalização não altera as características fundamentais do mundo político, nomeadamente no que toca à divisão territorial em estados-nações. Reconhecendo, naturalmente, o desenvolvimento das inter-conexões entre sociedades e economias, os realistas consideram que a globalização não torna obsoleta a luta pelo poder entre os estados. A globalização afecta a vida social, económica e cultural, mas não transcende o sistema política internacional dos estados.

Os teóricos da dependência consideram que a globalização é apenas o último passo no desenvolvimento do capitalismo internacional. Do ponto de vista empírico, não introduz nenhuma alteração digna de registo e, do ponto de vista teórico, não torna redundante os seus modelos e conceitos. Sendo um fenómeno liderado pelo Ocidente, para além de implicar frequentemente uma redução dos direitos sociais dos

trabalhadores nos países desenvolvidos, a globalização continua a promover o alargamento do fosso entre ricos e pobres, centro(s) e periferia(s).

Informados sobre as leituras de mundo apresentadas no contexto do debate Inter-paradigmático e respectivas visões sobre a globalização, podemos referir Robertson (1992, 1995 e 1997) pela pertinência do seu modelo no que diz respeito à (tensa) dinâmica entre nacional e internacional, local e global. Robertson aceita que a *conectividade* global compreende implicitamente a expressão da unicidade, o sentido de que o mundo – pela primeira vez na história da humanidade – se está a transformar num único espaço social e cultural. Globalização é uma força que tende a unificar, a integrar. A unicidade de Robertson (1992: 6), no entanto, não implica *uniformidade* e muito menos *unidade*. A noção de globalização de Robertson centra-se na ideia de compressão do mundo num lugar único, unicidade essa que funciona meramente como o *contexto* no qual actuam os agentes sociais e no qual se estabelecem as relações sociais. A unicidade de Robertson não passa de um (possivelmente novo) quadro de referência no qual os agentes sociais projectam a sua existência, identidades e acções. A unicidade global é diferente de unificação, de cultura global e de (com)unidade global. Com esta leitura de um quadro global único, mas não unificado, podemos incorporar as chamadas contra-tendências da globalização (racismo, conflitos étnicos, protecçãoismo económico, fundamentalismo religioso, desenvolvimento de grupos sectários, etc.). A força do quadro conceptual de Robertson reside precisamente no facto de integrar um sentido claro de *inclusividade*, deixando, porém, espaço para a análise das complexidades do mundo actual e permitindo a compreensão (simultânea e não exclusiva) dos fenómenos de integração e de diferenciação.

4. Ainda que a Política da Comunicação, enquanto disciplina científica, tenha recorrido insuficientemente às ferramentas teóricas e conceptuais das Teorias das Relações Internacionais, estamos convencidos de que uma re-análise da literatura em muito poderá contribuir para a complexificação do olhar sobre a política da comunicação na actualidade. Centrar o estudo das políticas de comunicação no plano nacional e/ou local, sem uma profunda articulação com os restantes níveis de actuação dos actores, parece ser insuficiente para dar resposta cabal à progressiva internacionalização da acção política na esfera das comunicações. Por isso, propomos a integração de instrumentos teórico-metodológicos das Relações Internacionais, no

sentido de melhor compreender os diversos, mas cada vez mais interligados, níveis de intervenção política nas comunicações.

De facto, os diversos paradigmas das Relações Internacionais têm uma leitura distinta dos níveis de exercício de poder que importa considerar na tentativa de compreensão dos fenómenos mundiais. Os realistas entendem que, no seu contexto territorial, o estado soberano tem autoridade suprema para impor a lei. Não ignorando os outros actores internacionais, os realistas consideram que estes não têm poder efectivo e que, se queremos efectivamente compreender os fenómenos internacionais globais, temos que nos concentrar nos mais poderosos actores internacionais: os estados. Em contrapartida, na perspectiva da Dependência, o estado não é pensado como a unidade de estudo mais relevante no sistema internacional. Os actores verdadeiramente importantes são as classes dominantes e os interesses económicos. Os teóricos da inter-dependência, por seu turno, partem da ideia de que o mundo é extremamente complexo, composto por inúmeros centros de poder e cada vez mais inter-dependente. Dão, por isso, grande importância à necessidade de integrar outros actores na análise e de fragmentar o estado, enquanto unidade de análise.

Não querendo assumir, nesta fase inicial do debate, uma preferência paradigmática, consideramos que a inter-dependência, com a leitura que faz dos vários níveis de intervenção, desde os actores individuais até aos actores globais, parece particularmente útil. As práticas de exercício de poder, no contexto da política da comunicação, exigem uma redobrada atenção aos inúmeros actores que integram a respectiva rede de influência. Mesmo que se pretenda estudar o desenvolvimento e implementação de políticas da comunicação nacionais, não é hoje possível ignorar, nessa análise, o impacto dos actores globais e regionais ligados à comunicação, tais como a União Internacional das Telecomunicações, UNESCO, Organização Mundial do Comércio, União Europeia, Conselho da Europa, União Europeia de Radiodifusão, Eutelsat, Inmarsat, Intelsat, AOL Time Warner, Walt Disney, Bertelsman, NTT, AT&T, IBM, Microsoft, entre muitos outros.

Esta perspectiva da inter-dependência articula-se estritamente com o conceito de unicidade de Robertson (1992) que se baseia na ideia de compressão do mundo num espaço social e cultural inter-dependente, um único contexto no qual operam os inúmeros actores. O progressivo esbatimento das fronteiras faz com que seja cada vez

menos relevante isolar a análise da acção política e das práticas de exercício de poder dos quadros mais amplos de leitura dos fenómenos.

Bibliografia

- Banks, Michael (1985) «The Inter-Paradigm Debate» in Margot Light e A J.R. Groom *International Relations, A Handbook of Current Theory*, Londres, Frances Pinter.
- Baylis, John e Smith, Steve (coord.) (1997), *The Globalization of World Politics – An Introduction to International Relations*, Oxford, Oxford University Press.
- Bell, Daniel (1976), *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, Harmondsworth, Penguin, Peregrine Books.
- Bull, H. N. (coord.) (1984), *Intervention in World Politics*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press.
- Burton, J. W. (1972), *World Society*, Londres e Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Burton, J. W. (1984), *Global Conflict: The Domestic Sources of International Crisis*, Brighton, University of Maryland.
- Burton, J. W. (1985), «World Society and Human Needs» in Margot Light e A J.R. Groom, *International Relations, A Handbook of Current Theory*, Londres, Frances Pinter
- Cardoso, Fernando Henriques e E. Faletto (1979), *Dependency and Development in Latin America*, Berkeley, University of California Press.
- Carr, E.H. (1939), *The Twenty Years' Crisis 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations*, Londres, Macmillan.
- Castells, Manuel (1999), *A Sociedade em Rede, A Era da Informação, Sociedade e Cultura*, Volume I, São Paulo, Paz e Terra.
- Cohen, B.J. (1974), *The Question of Imperialism: The Political Economy of Dominance and Dependence*, Londres, Macmillan.
- Featherstone, Mike (Coord.) (1990), *Global Culture – Nationalism, Globalization and Modernity*, Londres, Sage.
- Featherstone, Mike e Scott Lash (1998), *Spaces of Culture – City – Nation – World*, Londres, Sage.
- Featherstone, Mike, Scott Lash e Roland Robertson (coord.) (1995), *Global Modernities*, Londres, Sage.
- Frank, A J. (1979), *Dependent Accumulation and underdevelopment*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- Frederick, Howard H. (1993), *Global Communication & International Relations*, Harbourt Brace College Publishers, USA.
- Galtung, J. (1971), «A Structural Theory of Imperialism» in *Journal of Peace Research*, nº 8 (1).

- Giddens, Anthony (1988), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Stanford, Stanford University Press.
- Giddens, Anthony (1990), *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and society in the late modern age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1999), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença.
- Gilpin, R. (1984), *War and Change in World Politics*, Cambridge e Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Groom, A. J. R. e Margot Light (coord.) (1994), *Contemporary International Relations: A Guide to Theory*, Londres e Nova Iorque, Pinter.
- Ham C. e M. Hill (1984), *The Policy Process in the Modern Capitalist State*, Brighton, Wheatsheaf.
- Hamelink, Cees (1994), *The Politics of World Communication*, London, Sage.
- Hobbes, T. (1991), *Leviathan*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Jervis, R. (1976), *Perception and Misperception in International Politics*, Princeton NJ e Guilford, Princeton University Press.
- Keohane, R.O e J.S. Nye (1977), *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, Boston, Little Brown.
- Keohane, R.O e J.S. Nye (ccord.) (1973), *Transnational Relations and World Politics*, Cambridge MA e Londres, Harvard University Press.
- Krasner, Stephen D. (1978) *Defending the National Interest: Raw Materials Investment and US Foreign Policy*, Princeton, Princeton University Press.
- Krasner, Stephen D. (coord.) (1983), *International Regimes*, Ithaca e Londres, Cornell University Press.
- Light, Margot e A J.R. Groom (1985), *International Relations, A Handbook of Current Theory*, Londres, Frances Pinter.
- Lukes, Steven (1974), *Power, A Radical View*, Londres, Macmillan.
- Lukes, Steven (coord.) (1986), *Power*, Oxford, Basil Blackwell.
- Macquiavelli, N. (1965), *The Art of War*, Nova Iorque, Da Capo Press.
- Macquiavelli, N. (1988), *The Prince*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Maghoori, Ray e Benett Ramberg (coord.) (1982), *Globalism Versus Realism: International Relations' Third Debate*, Boulder, Westview Press.
- Mayall, James (1982), *The Community of States*, Londres, George Allen & Unwin.
- Mayall, James (1990), *Nationalism and International Society*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Mohammadi, Ali (coord.) (1997), *International Communication and Globalization*, Londres, Sage.

- Morgenthau, H. J. (1978), *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Nova Iorque, Knopf.
- Morse, E.L. (1976), *Modernization and the Transformation of International Relations*, Nova Iorque, free Press.
- Robertson, Roland (1992), *Globalization: Social Theory and Global Culture*, Londres, Sage.
- Robertson, Roland (1995), «Globalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity» in Mike Featherstone, Scott Lash e Roland Robertson (coord.) *Global Modernities*, Londres, Sage.
- Robertson, Roland (1997), «Mapping the Global Condition» in Annabelle Sreberny-Mohammadi et al. *Media in Global Context, A Reader*, Londres, Arnald.
- Sousa, Helena (1996a), *Communications Policy in Portugal and its Links with the European Union*, Londres, School of Social Sciences, City University (Tese de Doutoramento).
- Sreberny-Mohammadi, Annabelle et al. (1997), *Media in Global Context*, Londres, Arnold.
- Tomlinson, John (1991), *Cultural Imperialism*, Londres, Pinter Publishers.
- Tomlinson, John (1994), «A Phenomenology of Globalization? Giddens on Global Modernity» in *European Journal of Communication*, Vol. 9.
- Tomlinson, John (1999), *Globalization and Culture*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Tucker, R. W. (1977), *The Inequality of Nations*, Nova Iorque, Basic Books.
- Wallerstein, Immanuel (1974), *The Modern World System, I, Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, San Diego, Academic Press.
- Wallerstein, Immanuel (1980), *The Modern World System, II, Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy*, San Diego, Academic Press.
- Wallerstein, Immanuel (1989), *The Modern World System, III, The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy*, San Diego, Academic Press.
- Wallerstein, Immanuel (1991), *Unthinking Social Sciences: The Limits of the Nineteenth-Century Paradigms*, Cambridge, Polity Press.
- Waltz, Kenneth N. (1979), *Theory of International Politics*, Reading e Londres, Addison-Wesley.